



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681151 - AL (2021/0224917-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : PAULO FARIA ALMEIDA NETO  
**ADVOGADO** : PAULO FARIA ALMEIDA NETO - AL008823  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**PACIENTE** : MARCIO ROGERIO DA SILVA LIMA (PRESO)  
**CORRÉU** : FERNANDO GOMES DE LIMA FILHO  
**CORRÉU** : FRANCISCO EDUARDO DA SILVA  
**CORRÉU** : CARLOS EDUARDO SOARES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCIO ROGERIO DA SILVA LIMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (Recurso em Sentido Estrito n. 0700656-18.2017.8.02.0056).

O paciente encontra-se preso preventivamente desde 28 de dezembro de 2017 pela suposta prática do crime de homicídio.

O impetrante sustenta que "o Paciente é primário, de bons antecedentes, pai de quatro filhos, que dependem de si para obter o sustento mínimo, bem como, o entendimento jurisprudencial, mais especificamente desta respeitável corte, que coaduna para que o Paciente tenha a sua liberdade restaurada, seja pelo deferimento do pedido de trancamento da ação penal, haja vista a condução bizarra deste processo, sobretudo, no que se refere a privação de liberdade do Paciente, com consequente expedição de alvará de soltura, ou, de modo subsidiário, com a concessão de liberdade provisória do Paciente, e que possuem previsão nos arts. 321 e ss do Código de Processo Penal" (fls. 7-8)

Requer, liminarmente e no mérito, o trancamento da ação penal e, subsidiariamente, que seja concedida liberdade provisória ao paciente nos exatos termos do art. 321 do CPP, com a consequente expedição de alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que "o trancamento da ação penal ou inquérito policial por meio do habeas corpus é medida excepcional. Por isso, será cabível somente quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito" (AgRg no HC n. 615.321/PR, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 12/11/2020), o que torna a liminar em plantão momento inadequado à pretensão de reconhecimento da ilicitude da prova.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente